

## A TRANSFORMAÇÃO ABSTRATA – UMA HIPÓTESE

Cesare Giuseppe Galvan  
Centro Josué de Castro

### 1 - Introdução

Muitas são as facetas que apresenta hoje o mundo em transformação. Uma é constituída pelo nível progressivamente abstrato em que se concretizam as relações humanas: a abstração torna-se sempre mais concreta, tanto assim que o nosso dia a dia prático está cada vez mais composto de “virtualidades”. Vivemos uma *concretude sempre mais abstrata* (ou, pelo outro lado, uma *abstração sempre mais concreta*), haja vista a difusão do “virtual”, que se tornou um aspecto dos mais palpáveis e familiares na realidade. Foi esse fenômeno que emprestou inclusive ao fluxo (e ao estoque!) financeiro novos meios de circulação e valorização. A concretude do “virtual” tornou-se novo instrumento para valorizar o valor, azeitando sua máquina de circulação e oferecendo novos parâmetros à própria definição de sua grandeza.

Ocorre hoje uma espécie de coroação do processo que – já bem sabemos – vem de longe, de muito longe. Vale portanto a pena passar uma vista, por rápida que seja, às etapas percorridas pela humanidade (mas porque usamos o abstrato “humanidade”, em vez de dizer simplesmente os “homens”?) no caminho que nos levou até esse ponto. Vamos procurar entender algo do presente olhando o passado.

Em breves palavras, descobre-se na raiz desse fenômeno uma ligação: ela conecta as relações humanas concretas que formam a economia monetária com o processo mental, que é organizado e sistematizado em níveis progressivamente sempre mais elevados e controlados de abstração. Este segundo elo do fenômeno deu forma e conteúdo à ciência moderna. Por outro lado, a ligação mencionada tornou factível a separação da economia por um lado, e da ciência por outro: constituíram-se ambas – economia e ciência – em campos separados perante outros aspectos da vida humana.

Percorreremos as principais etapas desse processo milenar, a saber:

- preliminar: invenção do juro (cf. Hammurabi, segundo milênio a.C.)
- a grande invenção: a moeda (oitavo século a.C.)
- sublimação: transformação da moeda em capital (processo milenar completado na passagem da Idade Média à Idade Moderna). É o capitalismo (convenientemente identificado com uma palavra abstrata!)

O capitalismo, por sua vez, pode subdividir-se em:

- comercial, típico do mercantilismo
- produtivo, alcançado na revolução industrial
- financeiro, predominando no século vinte (e seguintes?). Na mundialização financeira atual tais características são sublimadas, levadas a suas últimas (?) conseqüências.

A proposta do texto a seguir é rever esquematicamente essas etapas que precederam a “virtualidade” atual, sua economia, suas implicações para a vida humana.

## 2 - O juro

Parece que a cobrança de juro faz parte de nossas civilizações, de sua formação ancestral. De fato, ele é mencionado e regulamentado em documentos que pertencem ao começo do segundo milênio antes de Cristo. O mais conhecido é o “código” de Hammurabi<sup>1</sup>, onde o juro se encontra rigorosamente conectado a práticas de empréstimo e regulamentado por determinações pertinentes à concretude de cada um dos objetos negociados. Por exemplo, em seu § 49 diz:

Se um awilum tomou emprestado prata a um mercador e deu (como garantia) ao mercador um campo preparado para o grão ou para o sésamo e disse-lhe: «cultiva o campo, grão ou sésamo que for produzido recolhe e leva contigo»: se um agricultor produziu no campo grão ou sésamo, no tempo da

---

<sup>1</sup> As citações de Hammurabi foram extraídas da edição de Bouzon (HAMMURABI, 1976), mas conferidas com a edição contida em PRITCHARD (1976), que é mais explícita em certos detalhes.

colheita o proprietário do campo tomará o grão ou o sésamo que foi produzido no campo e dará ao mercador grão correspondente à (quantidade de) prata, que ele tomou emprestada, **com seus juros** e (além disso) dará ao mercador os gastos do cultivo.<sup>2</sup> (Grifos meus).

Naturalmente é necessário aqui parabenizar os leitores que leram todo o texto citado sem hesitação: como está longe de nosso modo (embora mais sofisticado) de legiferar e mesmo de falar! No entanto, para nos aproximarmos um pouco mais do que significam tais dispositivos legais, podemos acrescentar alguns outros trechos das mesmas leis. Por exemplo, no final do § L, Hammurabi dispõe que “Se ele emprestou prata com juros: ele tomará por um siclo de prata como juros 1/6 de siclo e seis grãos”.

Mas Hammurabi quer manter o juro dentro de certos limites. Pouco mais adiante põe em guarda contra juros excessivos (§ M; em Pritchard, n.90): “Se o mercador exigiu como juros mais do que ... por 1 GUR de grão ou 1/6 de siclo e 6 grãos [por um siclo de prata] perderá tudo o que emprestou.” Pune com isso juros excessivos. Em outra disposição (§ O; em Pritchard, n.93) prescreve uma punição para o mercador que não abateu juros já cobrados e pagos. Uma reconstrução desse texto (em estado de conservação bastante deteriorado) é a seguinte:

[Se um mercador emprestou a juros grãos ou prata e não recebeu o capital, mas recebeu os juros do grão ou da prata], e não descontou o grão [ou a prata] que recebeu e não redigiu uma nova tábua ou adicionou os juros ao capital: esse mercador restituirá em dobro todo grão ou prata que tomou.

Decidido esse Hammurabi!

---

<sup>2</sup> HAMMURABI, 1976, p.40s. À p. 16, na Introdução, Bouzon diz: “O homem livre, em posse de todos os direitos de cidadão, era chamado awilum”. As duas outras classes sociais eram os muskênum (classe intermediária) e os escravos. Confirmação talvez inesperada de que “A história de toda sociedade até hoje é a história das lutas de classes”, como diz Marx em seu Manifesto.

O assunto que ele tratava era já conhecido de seus antecessores. Por exemplo as Leis de Eshnunna, que se podem datar entre o ano 2000 a.C. e o próprio reino de Hammurabi, prescrevem que “a cada shekel (de prata) será acrescido 1/6 de shekel e seis grãos como juro”.<sup>3</sup>

Um aspecto interessa particularmente nesses textos. O que todos eles mostram é que as definições legais prendem-se a descrições concretas dos objetos emprestados: as próprias dificuldades que encontramos em interpretá-las provêm de nossa falta de familiaridade com usos quotidianos daqueles povos. Por outro lado (muito embora Pritchard use a palavra *money* para traduzir o que Bouzon traduz por “prata”) na época de Hammurabi não havia ainda moeda cunhada, no sentido próprio que veio aparecer mais tarde.

Esse “juro concreto” (podemos chama-lo assim) estava ligado à própria definição de cada objeto que era emprestado: vem daí que a cada passo o legislador especifica de que se trata, se de prata, de “grão”,... Em todo caso, havia já uma “correspondência” entre determinadas quantidades de um bem e de outro. Isso, pelo menos, era o que a lei supunha ou estabelecia. Mas fazia-se necessário, para fins de clareza e praticidade, que as determinações legais expressassem concretamente cada objeto que fazia parte da transação. Daí o nome, de “juro concreto”. A mercadoria – relação abstrata – existia, mas estava ainda explicitamente ligada com sua própria concretização em cada objeto de troca.

A razão para esse comportamento salta (hoje!) aos olhos à primeira vista: esses povos não possuíam moeda. Ocasionalmente a prata podia servir como medida geral de valor (ou quase), mas sua apresentação e utilização estavam sujeitas à ulterior pesagem e ao controle de qualidade, tal como qualquer outra mercadoria que entrasse no escambo. O intermediário geral, o “dinheiro” da época, não era representado em moeda. Há autores – por exemplo, Davies (2002) – que falam nesse contexto em “moedas primitivas”. Com a ausência de moeda cunhada, faltava definir o nível de abstração em que as relações dos negócios (inclusive os juros) estavam sendo definidas.

Do ponto de vista institucional temos, portanto, já durante todo o segundo milênio antes de Cristo a cobrança de juros, com as operações bancárias operadas até por

---

<sup>3</sup> Cf. PRITCHARD, 1976, p. 134, item 18A. Originalmente o shekel era um peso; tornou-se medida de valor.

particulares, contudo mais tipicamente nas mãos de instituições públicas, políticas ou sagradas. Nas palavras de Davies (2002, p.50)

A segurança dos depósitos estava mais facilmente assegurada nos templos e nos palácios reais que em casas particulares, e assim era bastante natural que as primeiras operações bancárias fossem operadas por oficiais do rei ou do templo.

Portanto quando uma nova civilização se formou no mar Egeu, nas proximidades da Mesopotâmia, a prática do juro e as instituições relativas a depósitos e empréstimos eram já conhecidas. Mas faltava o instrumento principal para esses procedimentos. Temos ai juros e bancos. A estimativa do valor mercantil poderá valer-se de comparações com outras mercadorias, eventualmente com a prata. Mas não temos moeda cunhada, com o grau concreto de abstração que nela se corporifica.

Não podemos concluir este ponto sem reparar numa característica do dinamismo adquirido com a instituição dos juros e dos bancos: a “virtualidade” determinando o movimento dos negócios. Seu dinamismo consiste em direcionar operações atuais rumo a um ganho futuro, que acaba constituindo a própria norma, inclusive legal, das relações sociais implicadas. De certa forma (articulada no e pelo contrato, não pela natureza) o juro está presente no próprio empréstimo: o empréstimo é juro “virtual”, ou seja, virtualmente pré-estabelecido, dentro da relação contratual. Acabamos assim de encontrar o “virtual” já no início da história ou quase.

### **3 - A moeda**

Os Gregos foram os primeiros a introduzirem no Ocidente aquela medida universal de valores comerciais que é a moeda cunhada. Desconhecida ainda pelos heróis de Homero, a moeda, surgiu no coração dessa civilização entre o século oitavo e o sétimo antes de Cristo. Por certo em suas origens devia estar bem longe daquela clareza e precisão na definição de funções que ela foi ostentando bem rapidamente, ao passo que ia se difundindo

e provocando uma revolução nas as práticas comerciais. Precisão e clareza foram as qualidades que ela mesma introduziu na vida social, na civilização.

Ela foi precedida, nos povos gregos e em todo o Oriente Médio, pelo uso dos meios de intercâmbio mais variados, dos quais alguns foram mencionados acima (a prata, os grãos). Muitos outros ocorreram: a propósito deles Davies utiliza a denominação de ‘moedas primitivas’, para distinguí-las da moeda propriamente dita, ou seja da moeda cunhada. Dessas moedas primitivas ele aduz várias definições extraídas de outros autores. Por exemplo a preferida dele: “todo dinheiro que não é moeda ou, como o moderno papel moeda, um derivativo da moeda”,<sup>4</sup> proposta por P. Grierson. Outra é devida a Einzig (1966, 317): “Uma unidade ou objeto que se conforma num grau razoável com algum padrão de uniformidade, que se emprega para calcular ou para executar uma grande proporção dos pagamentos usuais na comunidade em questão, e que é amplamente aceita em pagamento com a intenção de usá-la para executar pagamentos”.<sup>5</sup>

De qualquer forma, no mundo ocidental<sup>6</sup> a moeda cunhada apareceu primeiro no mundo grego, na Lídia, entre finais do século oitavo e começos do século sétimo antes de Cristo. A visão simplificada de economistas modernos pode ver em sua introdução o propósito de facilitar o intercâmbio comercial, antes preso aos cálculos complicados do escambo. Historicamente, no entanto, vale o que afirma Davies: “O escambo não foi o fator principal nas origens e primeiros desenvolvimentos da moeda”.<sup>7</sup> Kurnitzky, por exemplo, vai ainda mais longe, especulando sobre as implicações da relação entre o templo e a origem da moeda, uma relação bastante concreta naquelas origens.

Mas fora de dúvida está a origem grega da “nossa” moeda e a velocidade de sua aceitação e definição. Foi a partir da Lídia, passando pela Iônia, que os povos gregos

---

<sup>4</sup> “All money that is not coin or, like modern paper money, a derivative of coin”. Davies, 2002, p.23.

<sup>5</sup> Peço desculpas pelas repetições: estão no texto original. “A unit or object conforming to a reasonable degree to some standard of uniformity, which is employed for reckoning or for making a large proportion of the payments customary in the community concerned, and which is accepted in payment largely with the intention of employing it for making payments”. Davies, *ibid*.

<sup>6</sup> A China aqui é omitida. Sua história monetária poderia formar um capítulo a parte, pela simples razão que “a parte” estão também as relações econômicas e culturais entre os povos do Mediterrâneo e o extremo Oriente. Davies procede de forma análoga, chegando à conclusão: “China had a long lead; but in the case of coinage this lead was quickly overtaken when, quite independently, a different type of coinage was invented elsewhere, using superior techniques and precious metals, which were much better for most monetary functions.” (56s.)

<sup>7</sup> “Barter was not the main factor in the origins and earliest developments of money.” *Op.cit.*, p.23.

revolucionaram seu modo econômico de se relacionar. Fizeram isso a partir de algo que, originalmente, vinha carregado de bem outras conotações: sagradas, políticas, estéticas, ...

Mas a partir desse começo, rapidamente a moeda foi assumindo sua forma rigorosa, ainda que talvez inicialmente insuspeitada, ao passo que se difundia por toda a Grécia e além dela. Essa difusão foi rápida e contribuiu a logo uma profunda transformação da sociedade grega, já desde o século sétimo, de tal forma que resultou numa transição mais profunda que em outros países onde inventos análogos tinham sido realizados (a China, por exemplo). Segundo Davies,

O rápido desenvolvimento, se não a própria invenção original, da cunhagem de tipo moderno parece ter sido um catalizador essencial, mesmo que possivelmente quase acidental, no maravilhoso desenvolvimento da civilização grega. Tanto *economia*, quanto *numismática*, falando lingüisticamente e até de forma mais geral, provêm dos Gregos, embora ambos os termos tivessem então conotações diversas das de hoje: originalmente significavam *administração da casa* e *direito de alfândega* ou *moeda padrão* respectivamente.<sup>8</sup>

A nosso parecer, as relações entre o desenvolvimento da moeda e a civilização grega não foram tão “acidentais” quanto parece pensar Davies. Podem-se ler a respeito, por exemplo os trabalhos de Müller e de Sohn-Rethel indicados na Bibliografia.

As conexões com tradições sagradas, políticas, sociais não impediram que, já na Grécia do século sétimo antes de Cristo, o próprio conceito de moeda se impusesse, digamos assim, em toda sua pureza. Foi assim que pensadores de várias tendências puderam analisar suas propriedades e deduzir conseqüências, com as quais nem todos concordavam. Foi com base em definições abstratas, de princípio, por exemplo, que

---

<sup>8</sup> Cit., p.58. “The rapid development, if not quite the original invention, of coinage of a modern type appears to have been an essential, if possibly almost accidental, catalyst in the astonishing development of Greek civilization. Both *economics* and *numismatics*, linguistically and more generally speaking, come from the Greek, originally meaning *household management* and *custom* or *currency* respectively, though both these terms naturally had rather different connotations than than now.”

Aristóteles condenou o uso da cobrança de juro (τοκος) bem difundido na Grécia daqueles tempos. Conceitos chave em sua argumentação eram: a moeda como puro meio, simples instrumento; e sua esterilidade.

A esse propósito, cabe talvez lembrar que o nível de análise em que se situa Aristóteles ocorre no mesmo purismo, no mesmo nível e rigor de abstração que está bem presente nos melhores textos de Schumpeter sobre a moeda, lá onde bem se cuida de distinguir e até de filtrar o sentido que uma definição de “moeda” pode e deve ter, separando-a inclusive pacientemente de considerações históricas, sociológicas, antropológicas e outras. Tal “separação” (que é também uma abstração), é necessário acrescentar, ocorreu primeiro na própria realidade, antes mesmo de ser pensada por Aristóteles ou por qualquer outro economista. Tornou-se inevitável distinguir e separar qualidade de quantidade, colocando a moeda, com sua qualidade de instrumento, no campo meramente quantitativo relativo à medida do valor.

E a propósito do nível de difusão da moeda cunhada naqueles primeiros tempos, bastará lembrar o feito realizado pelas gestas de Alexandre Magno, cujo resultado monetário é assim resumido por Davies (op.cit., p.110):

Felipe II, com seus preparativos financeiros, econômicos e militares para avançar contra a Pérsia, ajudou Alexandre rumo a seus sucessos admiráveis que levaram à **mais rápida extensão de um único sistema monetário na história mundial** – até o advento do euro em 2002.<sup>9</sup> (Grifos nossos).

Com Alexandre o sistema monetário ocidental grego passou a caracterizar as economias de todo o Mediterrâneo e de boa parte da Ásia Ocidental. Uma extensão que alcançou bem além dos limites do próprio Império Romano.

Alguns pontos merecem destaque. Antes de tudo, o nível de abstração da moeda. Já naqueles tempos, ela apresentava aquelas exigências de precisão que forçariam, por

---

<sup>9</sup> “Philip II’s financial, economic and military preparations to advance against Persia helped Alexander towards his astonishing successes which led to the most rapid extension of any single monetary system in world history – until the advent of the euro in 2002.”